

Resposta ao Pedido de Acesso à Informação nº 20170034101069999

Descrição do Pedido: *"Solicito saber, para fins de matéria jornalística, quantas favelas foram contabilizadas na capital nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. E quantos domicílios nesses locais havia entre 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. E quantas pessoas moravam nesses locais nesses mesmos anos: 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017"*

Estima-se que aproximadamente 10% da população do Recife (mais de 150.000 mil pessoas, dado do IBGE, 2010) vivem em condições críticas, sem acesso aos bens e serviços básicos, como água tratada, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, coleta de resíduos sólidos, acessibilidade, habitação adequada, dentre outros. Essa população estimada vive em aproximadamente 482 “assentamentos subnormais”, que contém no seu total, um pouco mais da metade da população da Cidade do Recife. Considerando as projeções realizadas pelo IBGE, nos anos de 2013-2016 não houve uma alteração relativa ao dado oficial de 2010. Não existe dado disponível para o ano de 2017.

Nesse sentido a Prefeitura do Recife através da extinta Autarquia de Saneamento da Cidade do Recife (SANEAR) iniciou em outubro de 2013, um estudo abrangente, que mapeou todas as comunidades de interesse social da cidade (cerca de 545). O lema do trabalho foi MAPEAR, CONHECER E INTERVIR.

Recife tem uma longa tradição de levantamentos e cadastros de assentamentos onde reside a população pobre. Na segunda década do século XX agrupavam mais de 40% dos domicílios em “mocambos” (Saturnino de Brito). No sentido de mapear a pobreza da Cidade do Recife diversos órgãos públicos, como: FIDEM (1978), Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco (COHAB-1988) e URB/FIDEM (1998) realizaram cadastros nesses espaços ocupados pelas populações mais vulneráveis, porém nenhum deles tiveram uma sequência de intervenção como a que está sendo proposto.

O que levantamos?

1. Aspectos físico-territoriais e de infraestrutura (habitabilidade do sítio), a saber:
 - a. Saneamento Básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e coleta de lixo);
 - b. Outras infraestruturas e equipamentos públicos existentes
 - c. Padrão Construtivo;
 - d. Salubridade;
 - e. Outros.
2. Aspectos socioeconômicos.

¹ Entende-se “cidade” como o conjunto de infraestruturas públicas distribuídas de forma mais equânime no espaço urbano.

Detalhando a realidade para melhor caracterizá-la

O último Cadastro realizado em 1998 varreu uma área de 3.425,47 hectares. O Mapeamento atual conheceu mais profundamente 4.460,22 hectares, que foram divididos em 2.573 micro áreas de até 2 hectares. Foram mapeados **32,76 %** do território ocupado da cidade.

As inovações técnicas na elaboração do mapeamento/cadastro de 2013-2016

1. Iniciativa pública da Prefeitura, a primeira após 15 anos;
2. Novo contexto caracterizado pelo (a):
 - a. Possibilidade de maiores investimentos públicos e privados (área de infraestruturas públicas);
 - b. Uso intensivo de geoinformação e incorporação de dados estatísticos (exemplo: variáveis do entorno do Censo do IBGE);
 - c. “Crise de representatividade” e novas tecnologias de comunicação;
3. Essa divisão em microáreas servem especialmente para reunir informações não disponíveis no censo domiciliar do IBGE acerca do abastecimento d’água (o IBGE não leva em conta a problemática da intermitência no abastecimento) e do escoamento dos esgotos (o IBGE reúne na mesma variável o escoamento domiciliar na rede de coleta de esgoto e na rede de galerias pluviais).